

Demonstrações Financeiras31 de dezembro de 2019
Relatório dos Auditores Independentes



Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeira	ıs3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Rua Castilho, 392 - 4º Andar Brooklin - São Paulo - SP CEP 04568-010 São Paulo - Brasil T: +5511 5102-2510

www.bakertillybr.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da **Associação Fazendo História** São Paulo – SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Fazendo História ("Associação", "Instituto" ou "IFH"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Fazendo História em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião com ressalva

Provisão para riscos previdenciários

A Associação contratou prestadores de serviços para execução de atividades relacionadas à sua operação, contudo, não recolheu e não constituiu qualquer provisão para fazer face a possíveis desembolsos ou contingências associadas com esse assunto. Consequentemente, o passivo estava a menor e o patrimônio líquido e resultado do exercício estavam a maior em aproximadamente R\$ 1.000.000, relativo ao risco previdenciário estimado ao qual a Associação encontra-se exposta.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Outros assuntos

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O exame das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes comentados na Nota Explicativa nº 4, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação em 17 de maio de 2019. Em conexão com nossos exames das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, auditamos, também, os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 4 que foram efetuados nas demonstrações financeiras de 2018. Em nossa opinião, tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados, considerando todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras, da Associação referente ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais:
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de julho de 2020.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Marchesini

Contagor CRC 1SP-244.093/O-1

Baker Tilly 4Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.233.925	4.076.554
Contas a receber	6	29.052	92.402
Créditos diversos e outros	-	30.294	4.350
Total do ativo circulante	_	5.293.271	4.173.306
Não circulante			
Imobilizado	7	40.255	51.215
Total do ativo não circulante		40.255	51.215
Total de other		F 200 F00	4 004 504
Total do ativo	_	5.333.526	4.224.521

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

	Notas	2019	2018 (Reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	-	6.325	85.265
Obrigações trabalhistas	8	101.942	67.258
Obrigações tributárias	-	4.479	4.557
Projetos a realizar e adiantamento de clientes	9	1.456.910	570.573
Outras obrigações	10	-	150.000
Total do passivo circulante	-	1.569.656	877.653
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	3.346.868	3.774.879
Superávit/ (déficit) do exercício	-	417.002	(428.011)
Total do patrimônio líquido	-	3.763.870	3.346.868
-	-	F 000 F00	4 004 504
Total do passivo e do patrimônio líquido	=	5.333.526	4.224.521

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

			2018
	Notas	2019	(Reapresentado)
Receitas:			
Receitas de doações	13	2.503.132	1.744.095
Receitas de doações Receitas com prestação de serviços	13	391.548	367.974
Receitas com trabalho voluntário	13	1.016.208	4.729.200
1000kao oom kabamo volanano	.0	3.910.888	6.841.269
Custos e despesas operacionais:			
Despesas com pessoal	14.1	(708.359)	(627.075)
Despesas gerais e administrativas	14.2	(1.840.346)	(1.924.894)
Despesas com trabalho voluntário	16	(1.016.208)	(4.729.200)
Despesas com ocupação	-	(106.999)	(129.040)
Despesas tributárias	-	(42.939)	(6.005)
·		(3.714.851)	(7.416.214)
Superávit/ (déficit) antes do resultado financeiro		196.037	(574.945)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	15	(8.028)	(29.890)
Receitas financeiras	15	228.993	176.824
Necettas illiancellas	10	220.965	146.934
		220.303	170.007
Superávit/ (déficit) do exercício		417.002	(428.011)

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

	2019	2018 (Reapresentado)
Superávit/ (déficit) do exercício	417.002	(428.011)
Outros itens abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	417.002	(428.011)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

		Superávit/ (déficit)			
	Notas	Patrimônio social	do exercício	Total	
		3.560.733	214.146	3.774.879	
Saldos em 31 de dezembro de 2017					
Incorporação do superávit do exercício anterior	-	214.146	(214.146)	-	
Déficit do exercício	-	-	(428.011)	(428.011)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	_	3.774.879	(428.011)	3.346.868	
Incorporação do déficit do exercício anterior	10	(428.011)	428.011	-	
Superávit do exercício	-	<u>-</u>	417.002	417.002	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	_	3.346.868	417.002	3.763.870	

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

	2019	2018 (Reapresentado)
Atividades operacionais Superávit/ (déficit) do exercício	417.002	(428.011)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do superávit/ (déficit) do exercício com o fluxo de caixa		
Depreciações e amortizações	13.839	15.668
Provisão (reversão) crédito de liquidação duvidosa	(46.965)	-
Decréscimo/ (acréscimo) em ativos		
Contas a receber	110.315	1.042
Créditos diversos e outros	(25.944)	(4.350)
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos		
Fornecedores	(78.940)	81.611
Obrigações trabalhistas	34.684	(27.902)
Obrigações tributárias	(78)	525
Projetos a realizar e adiantamentos de clientes	886.337	555.302
Outras obrigações	(150.000)	164.000
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	1.160.250	357.885
Atividades de investimento		
Acréscimo do imobilizado	(2.879)	-
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento	(2.879)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.157.371	357.885
Aumento inquido de caixa e equivalentes de caixa	1.137.371	337.003
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.076.554	3.718.669
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.233.925	4.076.554
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.157.371	357.885

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A Associação Fazendo História ("Associação", "Instituto" ou "IFH"), é uma OSCIP (Organização Social da Sociedade Civil de Interesse Público), sem fins lucrativos, com sede na Rua Pedro Ortiz, nº 114, na Cidade de São Paulo – SP, que iniciou suas atividades em 17 de março de 2005.

A principal missão do "Instituto" consiste em colaborar com a formação da identidade de crianças e adolescentes em situação de abrigamento; Atuar em sua rede social para melhorar sua qualidade de vida e; Incentivá-las a construir e transformar a própria história.

A Associação Fazendo História tem as seguintes finalidades sociais:

- Zelar pela defesa dos direitos de crianças e adolescentes submetidos a regime de vulnerabilidade e abrigamento em entidades públicas ou privadas;
- Apoiar, estimular e desenvolver atividades de promoção humana, social, cultural, esportiva e educacional, em especial junto a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social;
- Promover a defesa de interesses ligados à criança e ao adolescente e defender a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente em todas as suas frentes de atuação;
- Desenvolver mecanismos e formas de difusão das experiências dos que atuam junto aos movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente ou, ainda junto daqueles que possam contribuir com seus conhecimentos para aqueles movimentos;
- Promover a assistência social, a educação, a ética.

Para a consecução de suas finalidades e missão estatutárias, o Instituto poderá desenvolver as seguintes atividades:

- Representar-se e fazer-se representar junto a Conselhos de Direitos, Fóruns e Comissões Governamentais;
- Prestar assessoria aos Conselhos de Direitos, Fóruns e entidades nacionais, públicas ou particulares;
- Promover a capacitação de educadores, realizar publicações, seminários, cursos e ciclos de debates, objetivando a prevenção e educação contra a prática de violência ou tratamento degradante à pessoa humana e, em especial, à criança e ao adolesce;
- Realizar eventos, inclusive mediante convênio com outras entidades, visando à
 defesa dos direitos da criança e do adolescente, à promoção da assistência
 social, da educação, da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos e
 outros valores universais;
- Realizar projetos tais como implementação de bibliotecas; incentivo à leitura, projetos de artes cênicas, documentários, livros e outros que enriqueçam o universo cultural das crianças e adolescentes em vulnerabilidade, bem como dos profissionais e voluntários com o tema envolvidos;

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

- Celebrar acordos, contratos, convênios e termos de cooperação técnica com entidades nacionais públicas ou privadas;
- Implantar ou manter projetos integrados de ações junto a crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social, podendo, para tanto, criar ou ampliar unidades de atendimento permanentes dentro do país;
- Instituir Corpo de Voluntários, com qualificações, pré-requísítos a atribuições definidas em regimento próprio;
- Promover Ação Civil Pública e impetrar Mandado de Segurança, bem como demais ações pertinentes, em sua respectiva área de atuação, nos termos das Leis Federais n. 7.347/85 e n. 8.069/90 e da legislação vigente;
- Promover, direta ou indiretamente, a formação, capacitação e supervisão de educadores e equipe técnica de instituições de acolhimento, visando oferecer subsídios teóricos e técnicos para a melhoria do atendimento às crianças, adolescentes e suas famílias.

As principais fontes de recursos que viabilizam o funcionamento do Instituto são obtidas por meio de projetos vinculados a leis de incentivos governamentais e doações de pessoas físicas e jurídicas.

1.1. Certificado de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

O Ministério da Justiça, em 24 de abril de 2007, cedeu a Associação o certificado de qualificação como OSCIP. No ano de 2019 a Administração protocolou requerimento para atualização de endereço, contudo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), solicitou ajustes estatutários para cumprimento dos requisitos instituídos pela legislação normativa, no qual não foram realizados por essa Administração, resultando na perda desta certificação.

Durante o exercício de 2019 a perda dessa certificação não trouxe impactos relevantes na operação da Associação. Durante o exercício de 2020 a Administração promoverá uma ampla revisão em seu estatuto que incluirá as exigências do MJSP.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12 - ITG 2002 (R1)).

As demonstrações financeiras da Associação Fazendo História do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Associação em 27 de julho de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Associação revisa suas estimativas e premissas anualmente.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Associação.

2.4. Mensuração de valor

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para sua mensuração.

2.5. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Associação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.6. Impostos e contribuições

O artigo 150 da Constituição Federal garante a Associação a imunidade (ou isenção) de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços prestados.

2.6.1. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os Artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o Artigo 195 da Constituição Federal.

2.6.2 Programa para Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

2.6.3. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03. As receitas financeiras sujeitam-se a alíquota zero conforme o Artigo 10º da Lei nº 10.833/03.

2.6.4. Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

A Associação está recolhendo a quota patronal à alíquota de 25,5% incidente sobre a folha de pagamento.

2.6.5 Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)

A imunidade (isenção) quanto ao ISSQN junto à Prefeitura Municipal de São Paulo foi deferida pela autarquia municipal em 20 de dezembro de 2019 e abrange o período 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.6. Impostos e contribuições—Continuação

2.6.6. Manutenção das isenções tributárias

Para que a Associação possa usufruir das isenções tributárias federais previstas na Lei nº 9.532/97, deverá cumprir cumulativamente as seguintes exigências:

- a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto nos casos que os dirigentes atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;
- Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- f) Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g) Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- **h)** Outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

Em 31 de dezembro de 2019 não haviam indícios que pudessem colocar em risco os benefícios fiscais existentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

3. Principais políticas contábeis adotadas

3.1. Reconhecimento de receitas

A Associação reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Associação e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Associação, conforme descrição a seguir;

• Doações de pessoas físicas e jurídicas

As receitas de doações e as contribuições voluntárias de terceiros são originadas de doações de pessoas físicas e jurídicas e são contabilizadas quando recebidas em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento e aplicadas nos projetos e programas que a Associação desenvolve.

• Programas e projetos incentivados

As doações recebidas vinculadas a projetos são registradas, pelo seu recebimento, no resultado do exercício, quando os projetos estão em andamento. Caso os projetos ainda não foram executados, os recebimentos são registrados no passivo (Projetos a realizar) sendo apropriadas ao resultado em bases mensais e lineares à medida que os recursos são aplicados de acordo com as regras estipuladas pelo doador/patrocinador.

Receita com a prestação de serviços

As receitas com prestação de serviços de treinamentos e formação de equipes técnicas de outras entidades com o mesmo propósito da Associação são reconhecidas no exercício quando da realização da prestação de serviços, de acordo com o regime de competência.

Receita financeira

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

3. Principais políticas contábeis adotadas--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i) Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Associação são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Associação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Associação incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contribuições a receber e outras contas a receber.

ii) Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros da Associação são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Associação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Associação incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

3.3. Caixas e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de treinamentos e instrução. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

3. Principais políticas contábeis adotadas--Continuação

3.5. Imobilizado

É registrado pelo custo histórico de aquisição. As depreciações foram computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

3.6. Classificação de circulante e não circulante

A Associação apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.7. Provisões

3.7.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

3. Principais políticas contábeis adotadas--Continuação

3.7. Provisões--Continuação

3.7.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Associação é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.8. Subvenções públicas

Subvenções públicas são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

3.9. Projetos a realizar

Os aportes vinculados aos projetos que possuem destinação especificas são controlados em contas de ativo e passivo, sendo a receita e o custo levado a resultado quando o objetivo previamente estabelecido é atingido.

3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil aplicável as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

4. Reapresentação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018

Atendendo aos requisitos do pronunciamento contábil aplicável as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), Seção 10 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, a Associação preparou a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018, compreendidas pelo balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, que estão identificadas com a nomenclatura "Reapresentado".

Os recursos obtidos durante o exercício de 2018 junto ao projeto "MINC Brasília" foram contabilizados incorretamente como receita. Os valores devem permanecer em conta de passivo até que o projeto inicie, fato que somente ocorreu durante o exercício de 2019. Dessa forma, os seguintes ajustes foram realizados:

			2018		
Grupo	Conta	Divulgado	Ajustes	Reapresentado	
Passivo	Projetos a realizar e		-		
	adiantamento de clientes	15.271	555.302	570.573	
Patrimônio líquido	Superávit do exercício	127.291	(555.302)	(428.011)	
Resultado do					
exercício	Receitas de doações	2.299.397	(555.302)	1.744.095	
Resultado do	-				
exercício	Superávit /(Déficit) do exercício	127.291	(555.302)	(428.011)	

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Recursos disponíveis		
Caixa	10.154	7.357
Bancos conta movimento	317	148
Aplicações financeiras	3.767.433	3.204.894
	3.777.904	3.212.399
Recursos vinculados		
Bancos conta movimento – com restrição	705.313	602.956
Aplicações financeiras – com restrição	750.708	261.199
	1.456.021	864.155
	5.233.925	4.076.554

5.1. Recursos vinculados

Os valores classificados nessa rubrica referem-se aos recursos recebidos que não podem ser aplicados em finalidade distinta daquela que motivou sua destinação. A contrapartida da entrada desses valores e o controle dos gastos de cada projeto devem ser contabilizados em conta específica no passivo circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

5.2. Características gerais

As aplicações financeiras são realizadas em moeda nacional, com elevada liquidez, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando expostas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras possuíam carência inferior a 90 dias no momento da aplicação.

6. Contas a receber

2019	2018
29.052	139.367
-	(46.965)
29.052	92.402
	29.052

Refere-se aos valores a receber provenientes da prestação de serviços de treinamentos e formação de equipes técnicas.

7. Imobilizado

	% - Taxa de		
	depreciação anual	2019	2018
Móveis e utensílios	20	70.816	70.816
Computadores e Periféricos	10	46.386	43.507
Máquinas e Equipamentos	10	18.541	18.541
		135.743	132.864
Depreciação acumulada		(95.488)	(81.649)
Imobilizado líquido		40.255	51.215

7.1. Movimentação do imobilizado

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está demonstrada a seguir:

Descrição	2017	Depreciação	2018	Adições	Depreciação	2019
Móveis e utensílios	37.864	(7.082)	30.782	-	(7.058)	23.724
Computadores e Periféricos	19.924	(6.732)	13.192	2.879	(5.124)	10.947
Máquinas e Equipamentos	9.095	(1.854)	7.241	-	(1.657)	5.584
	66.883	(15.668)	51.215	2.879	(13.839)	40.255

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

8. Obrigações trabalhistas

	2019	2018
Obrigações sociais a recolher		
Salários a pagar	27.615	13.875
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	17.064	11.774
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	4.024	967
PIS s/ folha a recolher	874	484
Contribuições sociais retidas	227	229
	49.804	27.329
Provisões trabalhistas e bonificações		
Provisão de férias	38.764	29.687
INSS sobre provisão de férias	9.885	7.570
FGTS sobre provisão de férias	3.101	2.375
PIS sobre provisão de férias	388	297
	52.138	39.929
Total	101.942	67.258

9. Projetos a realizar e adiantamentos de clientes

		2018
	2019	(Reapresentado)
MINC Presidente Prudente	694.345	-
Histórias que Inspiram – Proac	242.748	-
MINC Brasília	140.875	555.302
Apadrinhamento Afetivo – Condeca	132.448	-
Famílias Acolhedoras – Condeca	116.059	-
Conselho Tutelar –Emenda parlamentar	69.295	-
Apadrinhamento Afetivo – Fumcad	17.729	-
Famílias Acolhedoras – Emenda parlamentar	17.678	-
Apadrinhamento Afetivo - Município de Barueri	16.323	-
Nós no Mundo – Condeca	8.139	
Outros valores a realizar	1.271	15.271
	1.456.910	570.573

9.1. MINC Presidente Prudente

Vinculado ao Ministério da Cultura por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Os valores foram recebidos durante o exercício de 2019, sendo registrado em conta bancária específica em contrapartida de projetos a realizar no passivo circulante. A aplicação dos recursos é estimada pela Administração para que ocorra durante o 2º semestre de 2020.

9.2. Histórias que Inspiram - Proac

Realização de eventos literários produzidos pelos abrigos de crianças e adolescentes e apresentados em espaços públicos aberto a comunidade geral. O evento ocupa praças e outros espaços públicos com um acervo de livros e atividades focadas no incentivo à leitura. Os recursos foram obtidos por meio da destinação de parte do ICMS das pessoas jurídicas e físicas para o Programa de Ação Cultural – Proac. Em 2019 houve a captação de R\$ 249.841 e a utilização de R\$ 7.093, havendo em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 242.748.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

9. Projetos a realizar e adiantamentos de clientes--Continuação

9.3. MINC Brasília

Implantação de bibliotecas com acervo de livros em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, e implantação de programa de mediação de leitura, composto por seminários, supervisões "in loco" e acompanhamento que prepara educadores e voluntários que trabalham cotidianamente com as crianças e adolescentes, por meio de atividades de leitura e arte. Os recursos foram obtidos por meio da Lei Rouanet. Em 2019 houve a captação de R\$ 7.179 (R\$ 555.302 em 2018) e a utilização de R\$ 421.606, havendo em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 140.875.

9.4. Apadrinhamento Afetivo - Condeca

O programa possui como objetivo propiciar, de forma individualizada, convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que estão em instituições. As verbas foram obtidas por meio do CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2019 houve a captação de R\$ 169.539 e a utilização de R\$ 37.091, havendo em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 132.448.

9.5. Famílias Acolhedoras - Condeca

O programa possui como objetivo garantir o direito à convivência familiar e comunitária de bebês e crianças de até 6 anos separados de suas famílias. Os recursos foram obtidos por meio do CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2019 houve a captação de R\$ 139.468 e a utilização de R\$ 23.409, havendo em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 116.059.

9.6. Conselho Tutelar – Emenda parlamentar

O programa possui como objetivo oferecer espaços de formação e suporte técnico aos conselheiros tutelares. Os recursos foram obtidos junto ao Município de São Paulo, por meio de emenda parlamentar. Em 2019 houve a captação de R\$ 100.000 e a utilização de R\$ 30.705, havendo em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 69.295.

9.7. Apadrinhamento Afetivo – Fumcad

O programa possui como objetivo propiciar, de forma individualizada, convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que estão em instituições. As doações foram recebidas por meio do FUMCAD - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura de São Paulo. Em 2019 houve a captação de R\$ 249.190 e a utilização de R\$ 231.461, havendo em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 17.729.

9.8. Famílias Acolhedoras – Emenda parlamentar

O programa possui como objetivo garantir o direito à convivência familiar e comunitária de bebês e crianças de até 6 anos separados de suas famílias. Os recursos foram obtidos junto ao Município de São Paulo, por meio de emenda parlamentar. Em 2019 houve a captação de R\$ 40.000 e a utilização dos recursos em R\$ 22.322, havendo em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 17.678.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

9. Projetos a realizar e adiantamentos de clientes--Continuação

9.9. Apadrinhamento Afetivo – Município de Barueri

O programa possui como objetivo propiciar, de forma individualizada, convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que estão em instituições. As doações foram recebidas por meio do FUMCAD - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura de Barueri. Em 2019 houve a captação de R\$ 63.761 e a utilização de R\$ 47.438, havendo em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 16.323.

9.10. Nós no Mundo - Condeca

O programa possui como objetivo acompanhar e facilitar o processo de transição de jovens em acolhimento para a vida adulta, autônoma e inserida na comunidade. Os recursos, quando obtidos, ocorrem por meio do CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2019 houve a captação de R\$ 95.763 e a utilização de R\$ 87.624, havendo em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 8.139.

10. Outras obrigações

	2019	2018
Outras obrigações (a)	-	150.000
	<u>-</u>	150.000

⁽a) Valor depositado indevidamente na conta corrente da Associação durante mês de dezembro de 2018 e que foi devolvido em janeiro de 2019.

11. Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2019 não existiam processos de natureza, legais, trabalhista e cíveis, movidos contra a Associação, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada como prováveis e ou possíveis, conforme representado pelos consultores jurídicos e pela Administração.

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os tributos federais, estaduais, municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades, por períodos que variam de 05 (cinco) a 30 (trinta) anos.

12. Patrimônio líquido

Está representado pelo patrimônio original decorrente da criação da Associação e do superávit ou déficit incorporado anualmente.

Os recursos da Associação foram aplicados em suas finalidades institucionais e nos programas sociais, em conformidade com seu estatuto social.

Em caso de dissolução da Associação, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição com finalidades semelhantes, sem fins econômicos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a uma entidade pública, a critério da Assembleia Geral.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

13. Receitas

		2018
	2019	(Reapresentado)
Receitas de doações		
Receitas de doações pessoa jurídica (a)	711.710	358.000
Receitas de doações créditos nota fiscal paulista (b)	383.335	47.602
Lei Rouanet (Pessoas jurídicas e físicas) (c)	371.606	43.979
Fumcad (Pessoas jurídicas e físicas) (d)	354.707	427.038
Receitas de doações pessoa física (a)	366.897	338.595
Condeca (Pessoas jurídicas e físicas) (e)	245.286	286.780
Emendas Parlamentares (f)	53.027	-
Editais	9.471	-
Proac (Pessoas jurídicas) (g)	7.093	-
Receitas de doações para programas e projetos	-	242.101
_	2.503.132	1.744.095
Receitas com prestação de serviços		
Receitas com prestação de serviços	403.658	379.355
Impostos sobre a prestação de serviços	(12.110)	(11.381)
	391.548	367.974
Receitas com gratuidades		
Receita de trabalho voluntário	1.016.208	4.729.200
_	1.016.208	4.729.200
<u>-</u>	3.910.888	6.841.269

- (a) Doações espontâneas, eventuais e incondicionais da comunidade em geral, de pessoas jurídicas e pessoas físicas;
- **(b)** Recursos obtidos com captação de cupons fiscais digitados por voluntários da comunidade, no programa estadual de incentivo "Nota fiscal paulista";
- (c) Recursos obtidos por meio da Lei Rouanet decorrem da destinação de parte do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, nos projetos administrados pela Associação que se enquadram na esfera Estadual;
- (d) As doações recebidas por meio do FUMCAD O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD), decorrem da destinação de parte do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, no qual os recursos serão aplicados nos projetos administrados pela Associação no âmbito Municipal;
- (e) Os recursos obtidos por meio do CONDECA Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, decorrem da destinação de parte do Imposto de renda das pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos projetos administrados pela Associação que se enquadram na esfera Estadual;
- **(f)** Recursos obtidos junto ao Município de São Paulo, por meio de emenda parlamentar, para oferecer espaços de formação e suporte técnico aos conselheiros tutelares.
- (g) Programa de Ação Cultural ProAC: os recursos captados decorrem da destinação de parte do ICMS das pessoas jurídicas para projetos de produção cultural, no qual são definidos pelo Conselho Estadual de Cultura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

14. Custos e despesas operacionais

14.1. Despesas com pessoal

	2019	2018
Salários, 13º salário e férias	(479.710)	(459.038)
INSS	(118.100)	(111.719)
Alimentação	(38.095)	(3.079)
FGTS	(39.411)	(36.254)
Assistência Médica	(11.738)	(9.782)
Hospedagens	(6.200)	(1.000)
Eventos	(5.383)	· · · · · · · · · · · · · · ·
PIS	(4.631)	(4.058)
Outros benefícios	(5.091)	(2.145)
	(708.359)	(627.075)

14.2. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Prestação de serviços - PJ	(1.094.114)	(1.143.577)
Material Pedagógico	(300.959)	(278.188)
Despesa com ajuda de custo	(124.020)	(111.625)
Material de escritório	(77.481)	(70.568)
Locomoção e transporte	(71.159)	(65.721)
Perdas no recebimento de créditos	(65.104)	-
Alimentação	(32.647)	(81.742)
Viagens e hospedagens	(21.554)	(22.400)
Bens de pequeno valor	(18.416)	(15.080)
Instalações e manutenção	(14.723)	(5.228)
Internet	(14.699)	(8.370)
Depreciação e amortização	(13.839)	(15.668)
Prestação de serviços - PF	(12.698)	(28.913)
Serviços contábeis, jurídico e auditoria	(7.993)	(11.997)
Material de limpeza	(2.865)	(3.042)
Provisão (reversão) crédito de liquidação		
duvidosa	46.965	(46.965)
Outras despesas	(15.040)	(15.810)
	(1.840.346)	(1.924.894)

15. Resultado financeiro

	2019	2018
Despesas financeiras		
Tarifas Bancárias	(7.793)	(11.628)
Tarifas Cartão de Crédito	(46)	(166)
Juros	(7)	(267)
IRRF s/ aplicação financeira (a)	-	(16.718)
Despesas Cambiais	-	(833)
Outras despesas financeiras	(182)	(278)
	(8.028)	(29.890)
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras		176.822
Outras receitas financeiras	-	2
	228.993	176.824
Resultado financeiro	220.965	146.934

⁽a) Em 2019 as despesas com IRRF sobre aplicação financeira foram contabilizadas na rubrica "despesas tributárias" para uma melhor apresentação dos saldos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

16. Trabalho voluntário

O trabalho voluntário foi reconhecido pela Administração por meio do valor justo desta prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, seguindo as orientações contida na Interpretação Técnica Geral (ITG) **2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)**. Com base nas estimativas de horas trabalhadas e custo médio de cada colaborador a Associação apurou o montante de R\$ 1.016.208 em 2019 (R\$ 4.729.200 em 2018), contabilizados na demonstração do resultado como "despesas com trabalho voluntário", tendo como contrapartida a rubrica de "receita com trabalho voluntário".

17. Cobertura de seguros

A Associação mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

18. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos

Riscos de crédito

A Associação não possui concentração de risco de crédito em decorrência da diversificação e pulverização de sua carteira (clientes), além do contínuo acompanhamento dos valores a receber. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa, a Associação somente realiza operações em instituições com baixo risco e consideradas como sendo de primeira linha em território nacional.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Associação possui recursos disponíveis para utilização imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Associação ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

18. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros-Continuação

a) Considerações sobre riscos--Continuação

Risco tributário – isenções e imunidades

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos que goza de benefícios tributários na esfera federal, estadual e municipal. A manutenção desses benefícios está condicionada ao cumprimento de diversas exigências e regras que devem ser seguidas pela entidade. Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios que pudessem colocar em risco os benefícios fiscais existentes.

b) Operações com instrumentos derivativos

A Associação não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2019 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

c) Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Associação restringem-se a aplicações financeiras e contas a receber a receber, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5): os saldos em conta corrente, mantidos em bancos de primeira linha, têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 5): para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado destes títulos na data-base do balanço. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado;
- Contas a receber (Nota Explicativa nº 6): as contas a receber de associados são avaliadas pelo valor de realização e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em Reais)

19. Evento subsequente – COVID-19

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS, onde eventuais efeitos produzidos pelas ações governamentais para conter sua disseminação poderão impactar negativamente os negócios da Associação e, consequentemente, suas demonstrações financeiras. Nesse sentido, a Associação esclarece que, em consonância com o disposto no CPC 24 – Eventos Subsequentes e, diante das atuais informações e dados sobre essa pandemia e os potenciais impactos na atividade econômica global, não há como aferir nesse momento quais efeitos relevantes podem impactar suas demonstrações financeiras, a continuidade dos seus negócios e/ou as estimativas contábeis mais significativas. Entretanto, a Associação segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema para que decisões tempestivas possam ser tomadas para minimizar seus reflexos.